

# Reflexões sobre o Encarceramento em Massa

Iza Jakeline Barros da Silva<sup>1</sup>

## Introdução

Falar sobre esses 120 dias e do encarceramento em massa do Brasil, sendo sobrevivente do cárcere, é algo bem complicado. Tentarei esquematizar algo que leve a repensar o tão falado modelo de ressocialização, além das violências que acontecem cotidianamente e das estatísticas que não chegam até nós. Para iniciar, gostaria de mencionar um vídeo do *rapper* Baco Exu do Blues, do Estado da Bahia, que fala sobre racismo e as violências do encarceramento.<sup>2</sup> Porque não dá para falar de racismo sem falar de encarceramento, que é o maior navio negreiro da história do nosso país. É necessário lançar esse olhar para essas pessoas. O clipe fala também de racismo religioso e de tantas outras violências que nós, população preta, passamos no nosso país. É um clipe que toca bastante, no sentido de que tem coisas que é melhor refletir do que falar.

Hoje, no Brasil, temos quase um milhão de pessoas encarceradas e sem perspectivas de vida. Isso porque o encarceramento em massa faz com que essas pessoas não tenham essa perspectiva de vida. Às vezes, quem está dentro da unidade prisional acha que o maior problema — e a solução, na verdade, desse problema — é a liberdade. Mas a liberdade de fato se torna

---

1 Agenda Nacional pelo Desencarceramento, Articulação Nacional de Familiares do Cárcere, Frente Estadual pelo Desencarceramento em Sergipe.

2 Disponível em: [https://youtu.be/-xFz8zZo-Dw?si=pxVDrCWRjWK\\_KS7E](https://youtu.be/-xFz8zZo-Dw?si=pxVDrCWRjWK_KS7E). Acesso em: 24/11/2023.

um problema maior na vida desse indivíduo. Infelizmente, no nosso país, não temos política pública de empregabilidade e de inclusão para essas pessoas, não há uma política voltada também para a saúde dessas pessoas e, principalmente, uma política pública educacional. Essas pessoas estão às margens. Quando uma pessoa olha e fala “ah, é um marginal”, é literalmente o marginal. Nós estamos ainda às margens da sociedade. É necessário criar políticas públicas de inserção para verificar se diminui o encarceramento em massa no Brasil.

## Impactos sociais e políticos do encarceramento em massa

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal criou uma pena de multa. Se já era ruim sem as políticas públicas, imagine com essa pena de multa. Hoje, os internos, com ela, saem do sistema prisional devendo 22 mil reais, no mínimo. Enquanto não paga, mesmo após cumprir o restante da pena em liberdade, fica com uma dívida enorme e sem empregabilidade para fazer esse pagamento. Seus direitos eleitorais são ceifados, podendo também haver o bloqueio de suas contas bancárias. Antigamente, o interno saía com a pena de multa, mas não tinha essa responsabilidade que lhe foi colocada. Fazíamos um atestado de hipossuficiência e a pessoa provava realmente, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que não tinha condições de pagar aquela multa.

Trazendo os números para o Sudeste, mais especificamente para São Paulo, que foi o primeiro Estado a aderir a esse sistema, em janeiro de 2020: naquele momento, eram apenas seis casos de pagamento de penas de multa, em comparação com os atuais 208 mil casos. Quais são as perspectivas de vida de uma pessoa que não tem emprego, não tem saúde, não tem educação? “Ah, Iza, mas tem escola, ele não faz porque ele não quer”. Não, vou explicar para vocês. Quando o sobrevivente — porque não usamos mais a palavra egresso — sai respondendo em liberdade, há algumas coisas que o juiz passa para ele fazer, como, por exemplo, estar em casa às oito horas da noite. Em que escola ele vai estudar das sete até às oito da noite? Temos a

Educação de Jovens e Adultos, temos o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), mas como ele vai ter acesso a essa política?

O STF, na época, fez isso para poder atingir as pessoas que estavam sendo indiciadas pelo Mensalão e a Lava Jato, mas acabou impactando todo um sistema que não tinha nada a ver com tudo aquilo que estava acontecendo. A Agenda Nacional pelo Desencarceramento, diante de todas as denúncias que recebemos, tem feito um trabalho contínuo com familiares das pessoas privadas de liberdade e sobreviventes do cárcere, assim como eu. Entendemos que era necessário ocupar alguns espaços de poder de decisão. Mas como vamos ocupar esses espaços? As políticas públicas já não existem e, quando se tem algo pensado, alguém pensa em nosso lugar. É como sempre falo com os familiares: é falar de nós sem nós.

Então, começamos a busca por ocupar alguns espaços de decisão. Temos visitado alguns Estados e incentivado a criação de mecanismos e de comitês de prevenção e combate à tortura. Esses mecanismos têm a função de fiscalizar as unidades prisionais para coibir e proibir torturas dentro desse espaço de privação de liberdade. Não só as unidades prisionais, mas outros lugares: as casas psicoterápicas, os abrigos, os asilos. Mas, no governo passado, houve um desmonte: se exonerou peritos que faziam esse trabalho e então ficamos sem saber realmente o que fazer.

Principalmente com a chegada da pandemia, a dificuldade maior foi entender como estava se dando a Covid-19 dentro das unidades. Ficamos sem notícias; houve familiares que passaram esse tempo todo sem notícias dos seus entes. Então começamos essa busca constante. Descobri números exorbitantes e vou falar por Sergipe. Na unidade prisional, na época, havia 138 mulheres. Quando procuramos o Ministério Público para saber os números exatos — porque eles não falavam o número de pessoas acometidas pela Covid nas unidades prisionais —, descobrimos que a Universidade Federal de Sergipe havia feito uma testagem em massa dentro dessa unidade. Foi quando descobrimos que, das 138 mulheres, 119 estavam com Covid. Se para a população, em geral, a dificuldade era de ter um respirador, de ter um local para essas pessoas ficarem internadas, como que ia se dar se fosse

um interno? Quem daria esse respirador para um detento? Não adianta acharmos que tem um médico “bonzinho” que daria, porque nós sabemos que não seria assim. Essas pessoas existem e resistem dentro das unidades. São seres humanos.

Nossa rede, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, cria formadores de opiniões a partir das vivências de familiares de pessoas privadas de liberdade e sobreviventes do cárcere, cuja função é defender os direitos humanos. Porque, quando conhecemos e cobramos os nossos direitos, somos defensores de direitos humanos. Começamos a visitar esses Estados para verificar essa questão dos comitês e dos mecanismos estaduais. Fui presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no meu Estado até abril de 2023, porque o presidente só pode ficar por um ano, mas fico no Comitê até novembro deste mesmo ano.

A Agenda Nacional pelo Desencarceramento faz parte do Comitê Nacional e está ocupando também o Comitê Nacional, mas estamos tentando também nos inserir nesses outros Estados onde ainda não há comitês de combate à tortura. Para se ter uma dimensão da dificuldade: foi apenas em março de 2023 que houve a retomada do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.<sup>3</sup> Apenas então o Comitê Nacional conseguiu fazer a sua primeira reunião e começar a colocar em prática tudo aquilo que foi perdido no governo passado. Foi muito importante para nós.

Quando falamos de ocupar esses espaços, buscamos trazer à tona toda essa problematização em torno do encarceramento em massa no Brasil. Somos o país que está em terceiro lugar que mais encarcera pessoas – já estava em segundo, se não me engano –, seguido da Rússia. E o que temos feito para desconstruir isso? Quando falamos de racismo, precisamos lembrar das unidades prisionais, porque, infelizmente, quem lá está são pessoas pretas e pobres, periféricas. Sem perspectiva de vida. O preconceito é tão grande que ele paira também sobre os familiares. A Lei de Execução Penal diz que o crime não pode passar do indivíduo para familiares, mas

---

3 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12847.htm). Acesso em: 25/11/2024.

isso tem acontecido. Há também a revista vexatória, que está proibida no Brasil, mas que ainda acontece nas unidades prisionais. Trouxeram o *body scan*, uma máquina de raio x para que as famílias não precisem passar pela revista vexatória, mas infelizmente ela ainda acontece.

Participamos também das reuniões de transição do Governo, trazendo toda essa problematização. Estava ali Preta Ferreira, que traz a pauta das moradias, mas também é uma sobrevivente do cárcere. Isso aqueceu demais o meu coração, no sentido de saber que alguém pautaria o encarceramento, porque é necessário ter uma política destinada a essas pessoas. Nas reuniões de transição, percebemos também que, no Brasil, temos muita força, porque a pessoa indicada para cuidar das unidades prisionais no Brasil, logo no início do Governo Lula, foi alguém que participou do massacre do Carandiru. Pensamos: meu Deus, e agora? O que vamos fazer? Fizemos toda uma movimentação; conseguimos fazer alguns manifestos e protestos, conseguimos coibir que essa pessoa assumisse. Precisamos de pessoas que tenham um olhar diferenciado e que realmente coloquem em prática tudo aquilo que a gente vem falando e construindo. Porque essa é uma pauta nossa; não é só minha enquanto sobrevivente, mas nós, como sociedade e cidadãos que somos. Nós precisamos de um Brasil melhor e, para isso, quando cuidamos de uma pessoa que vem do cárcere, certamente é uma pessoa a menos que vai morrer.

## Considerações finais

Estar no cárcere é ser vítima de uma política de morte. É o genocídio da população negra. É uma pessoa a menos que vai cometer delitos, mas é preciso entender que ela não volta para o sistema penitenciário porque ela quer, mas sim porque o Estado não tem esse olhar. Precisamos tomar isso para nós, como sociedade, e tentar mudar essa triste realidade que vem sendo vivida por quase um milhão de pessoas no Brasil. O número é muito grande. Precisa realmente dessa mudança, para que consigamos construir um país melhor. Muito obrigada!